VIII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 18 a 20 de setembro de 2014
ISSN 1982-3657

A SOCIEDADE E O MOVIMENTO EM DEFESA DE UMA UNIVERSIDADE EM SERGIPE, 1958-1961

José Vieira da Cruz[1]

Eixo: 6. Ensino Superior no Brasil

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir alguns dos meandros de movimento em defesa da criação de uma universidade em Sergipe, ocorrido entre 1958, quando essa ideia foi discutida e estimulada pelo VIII Congresso Estadual dos Estudantes Universitários de Sergipe, e 1961, quando, em razão do atendimento de algumas reivindicações desse movimento foi criada a Faculdade Medicina, a sexta no estado, estabelecendo condições para fortalecer a luta por uma universidade no estado. Fundamentado na análise da correspondência da entidade estudantil envolvida, em notícias de jornais, em entrevistas orais e na bibliografia relacionado a essa discussão, essa pesquisa revela alguns aspectos de movimento e sua importância para a estruturação das bases para posterior criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe em 1968.

Palavras-chaves: Ensino superior, Sociedade, Sergipe

Abstract

This paper aims to discuss some of the intricacies of movement in defense of the establishment of a university in Sergipe, occurred between 1958, when this idea was discussed and encouraged by the VIII Congresso Estadual de Estudantes Universitários de Sergipe, and 1961, when, because of care of some claims of this movement was created to Medical School, the sixth in the state, establishing conditions to strengthen the struggle for a university in the state. Based on the analysis of the correspondence of the student body involved in newspaper reports, in oral interviews and the literature related to this discussion, this research reveals some aspects of movement and its importance for structuring the foundations for the subsequent creation of the Federal University of Sergipe 1968.

Keywords: Higher education, society, Sergipe

Introdução

> não só para atender a um apelo vocacional de muitos sergipanos, como também para completar o número mínimo exigível para a criação da UNIVERSIDADE DE SERGIPE, o que viria a consolidar nossas faculdades e livrá-las das ameaças de fechamento (ACADEMUS, 1958, p. 2).

A mensagem do jornal *Academus*, periódico do Centro Acadêmico de Direito Silvio Romero (CASR), vinculado

a Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), publicada em setembro de 1958, foi uma das discussões que os estudantes universitários de Sergipe fomentaram no curso do seu VIII Congresso Estadual. Nesse conclave, além das convencionais disputas pela direção da entidade, um novo ponto de discussão passaria a agregar os estudantes universitários em torno de um importante objetivo: a luta por uma universidade em Sergipe. Este empenho começou a ser delineado durante a realização do "VIII Congresso Estadual dos Estudantes Superiores de Sergipe", na sede da Ação Católica (AC) na cidade de Aracaju (ACADEMUS, 1958, p. 1 e 2). Esse novo objetivo surgiu a partir das discussões atinentes à necessidade da consolidação do ensino superior no estado, debate que transcendia o próprio evento estudantil, e refletia as demandas de vários segmentos da sociedade, inclusive a Igreja Católica. Não obstante a dimensão que esse debate alcançaria nos anos seguintes, as discussões sobre a importância de uma universidade em Sergipe parecem ter ganhado forma a partir do mencionado congresso universitário de 1958, no qual começaram a ser elencadas as providências que deveriam ser tomadas para atingir esse propósito.

Os participantes do congresso propuseram que o governo estadual providenciasse a doação de um prédio para funcionamento da futura faculdade de medicina, entidade que só seria criada em 1961, e arregimentasse esforços no sentido de criar a faculdade de odontologia, que só seria fundada nos idos de 1967. Em ambas as reivindicações, além dos argumentos relacionados à importância dos novos cursos, foram destacadas a necessidade de Sergipe possuir o número mínimo de instituições de ensino superior para cumprir a legislação que normatizava a criação de universidades mantidas com recursos federais nos estados (ACADEMUS, 1958, p. 2).

Essa discussão revelava várias informações a respeito de como se encontrava o ensino superior em Sergipe. A primeira delas atentava para o fato de que, apesar da efetivação das primeiras instituições de ensino superior, o governo federal não havia inserido Sergipe no processo de federalização e transformação "das faculdades [ou escolas superiores] estaduais ou privadas" em universidades, como ocorreu em outros estados da federação no decorrer da década de 1950 (CUNHA, 2003, p. 170-178). Esta situação foi em parte justificada em razão de o número de instituições de ensino superior existentes no estado no período não atingir o mínimo determinado pela legislação para esse fim, que na época exigia ao menos seis instituições de ensino.

A segunda informação atenta para o fato de que quatro das cinco instituições de ensino superior existentes no estado enfrentavam dificuldades quanto ao funcionamento e mesmo quanto à possibilidade de não conseguirem evitar o fechamento. Exceto a Faculdade de Direito de Sergipe, que recebia subvenções da União, federalizada alguns anos depois de sua fundação, as demais em graus diferentes externavam algum tipo de dificuldade quanto à manutenção financeira, administrativa e pedagógica de suas atividades. Dentre essas instituições, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e a Escola de Serviço Social, ambas vinculadas à Igreja Católica, ressentiam-se de modo mais enfático devido às dificuldades de manutenção dos seus cursos (LIMA, 1993; MORAIS, 2008). Já a Faculdade de Economia e a Escola de Química de Sergipe, ambas estaduais, também reclamavam dos parcos investimentos públicos aplicados nas citadas instituições, assim como dos casos de má aplicação dos mencionados investimentos (GAZETA DE SERGIPE, 1961, p.1 e p. 4).

O papel da Igreja Católica

Embora a intenção acerca da criação de uma universidade em Sergipe fosse algo do interesse de vários setores da sociedade, naquele momento, este propósito parece ter despertado mais atenção dos universitários e das instituições de ensino superior mantidas pela Igreja Católica. A presença de Dom José Vicente Távora (ACADEMUS, 1958, p. 2) – bispo da diocese de Aracaju, religioso sensível às problemáticas sociais, próximo às posições de Dom Helder Câmara, assim como de outros bispos que começaram a pensar a necessidade de uma política social para o desenvolvimento do Nordeste (NASCIMENTO, 2008, pp. 127-165) –, na plenária de encerramento do VIII Congresso Estadual dos Estudantes Superiores de Sergipe evidencia a

atenção que a Igreja Católica passaria a oferecer à questão da criação de uma universidade em Sergipe.

A partir de 1958, as deliberações do VIII Congresso Estadual dos Estudantes Sergipanos e o empenho por parte da Igreja Católica, no início do bispado de D. José Vicente Távora, em torno da criação de uma universidade em Sergipe, começaram um movimento que uma década depois resultaria na Fundação da Universidade Federal de Sergipe, inaugurada em 15 de maio de 1968.

Uma evidência desse enlace foi à visita realizada, em 26 de dezembro daquele ano, por uma representação de estudantes ligados a Juventude Universitária Católica (JUC), e de intelectuais ligados a Liga Universitária Católica (LUC), ao governador eleito do estado, o então deputado federal Luiz Garcia, para discutir "problemas da classe universitária" e sobre a disposição do seu plano de governo a respeito da "fundação da Universidade de Sergipe". Estes dois grupos de católicos leigos procuraram na oportunidade demonstrar o interesse da comunidade universitária quanto à necessidade do governo estadual assumir esse projeto em favor da sociedade sergipana (A CRUZADA*,* 1959, p.1 e p.6).

Em relação ao trabalho social de Dom José Vicente Távora é importante destacar que ele foi o responsável pela elevação da diocese de Aracaju à condição de arquidiocese do estado, em 1960. A partir dessa mudança, tem origem à criação da província eclesiástica de Sergipe que se separa da de Alagoas. Além disso, está relacionado ao trabalho social desse bispo um conjunto de obras sociais e culturais. Podem ser citadas a respeito: a Rádio Cultura de Sergipe, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Serviço de Assistência à Mendicância (SAME), o trabalho de evangelização no meio rural, inclusive com o estímulo à organização de sindicatos, entre outras iniciativas importantes para estruturar o desenvolvimento social do estado. Neste sentido, a presença do "bispo dos operários", como também ele era conhecido, no VIII Congresso da UEES parece ter sido decisivo no sentido de redimensionar a atuação política da JUC no estado. A JUC, por sua vez, passaria, nos anos seguintes, particularmente a partir de 1960, a assumir uma posição política mais destacada.

Os primeiros registros da atuação desse grupo de universitários católicos leigos em Sergipe datam de outubro de 1951. Nesse momento, verifica-se a circulação de uma espécie de relatório/informativo com discussões sobre: a JUC nas faculdades; a Ação Católica em face da atividade social e política; o monsenhor Pietro Pavan e o sentido da universidade; noticiário internacional; noticiário nacional; publicações recebidas e livro do mês, entre outras (JUC*,*1951). Segundo o jucista José Alexandre Felizola Diniz, entrevistado por Gizelda Morais, o movimento no estado teria passado por três fases: a JUC evangelizadora, próxima às orientações do então padre Luciano José Cabral Duarte; a JUC da transição, mais envolvida com as questões sociais; e a terceira JUC, que, em tensão com alguns setores da Igreja Católica, dissolver-se-ia dando origem à Ação Popular (AP) (MORAIS, 2008 pp. 183-230).

Os ventos da segunda fase da JUC, em sua transição do trabalho de evangelização para o maior envolvimento com os debates nacionalistas, sobre a reforma universitária, sobre a criação de uma universidade em Sergipe e com os movimentos de educação e cultura popular, parecem começar a soprar a partir de setembro de 1958, sob influência de Dom José Vicente Távora. Não obstante o peso decisivo dessa nova orientação, fazia-se presente a influência do então padre Luciano José Cabral Duarte no sentido de que a JUC não se perdesse dos seus princípios de evangelização e da formação intelectual de seus quadros. Essas duas orientações, uma mais social e outra mais espiritual, terminaram por deixar recordações singulares e tensões na memória de alguns desses jucistas (RAMOS, 1999; MÁXIMO, 1999).

As entidades estudantis

Voltando ao VIII Congresso, segundo o jornal *Academus*, ele se encerrou sem grandes surpresas e em meio a críticas quanto à forma de como ele se organizou e quanto aos resultados que ele poderia ter produzido e não o fez (ACADEMUS, 1958, pp. 8-9). Foram eleitos nesse congresso para dirigir a UEES, na gestão 1958 a 1959, o presidente Renato Chagas, a 1ª vice-presidente Heli Nascimento, o 2º vice-presidente W. de Santana, o 3º

vice-presidente Afonso Pacheco, o secretário geral Geraldo Sobral, a 1ª secretária Rose Mary Mesquita, a 2ª secretária Jandira Maranhão, o 3º secretário Pascoal Nabuco, o tesoureiro José Barbosa e o vice-tesoureiro Eanes Soares.

O "IX Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe", por sua vez,parece ter sofrido dos males já apontados pelo jornal *Academus* quanto à organização, registro e divulgação de suas propostas (ACADEMUS, 1958, pp. 8-9). Desta feita, no intervalo do ano de 1959, período em que o *Academus* não circulou – tendo sido substituído pelo jornal *O Curió*, cujo lema dizia "Jornal quase independente e idem humorístico", já denunciava a irreverência de sua linha editorial (O CURIÓ, 1959, p.1) –, e sem um jornal próprio por parte da UEES, não se têm informações substanciais acerca do congresso e das teses nele discutidas. A lacuna de informações a respeito desse conclave estudantil é parcialmente suprido, pela publicação no jornal Gazeta de Sergipe, de um manifesto apresentado pela bancada da Escola de Química de Sergipe às vésperas da realização desse congresso (GAZETA DE SERGIPE, 1959, p. 4), de recordações de alguns militantes da JUC (MORAIS, 2008, pp. 180-230), e de ofícios relacionados à posse da diretoria eleita e dos preparativos do congresso seguinte pela diretoria eleita no congresso de 1959 (UEES, 1959; 1960).

O manifesto dos estudantes de química, por ensejo dos preparativos atinentes à realização do XI Congresso Estadual dos Estudantes, chama atenção para questões como a marcha para o socialismo, à defesa da democracia e a conservação dos princípios católicos, suturando um discurso humanista de base cristã (GAZETA DE SERGIPE, 1959, p. 4).

Nesse conclave, segundo o jucista Juarez Costa, em entrevista concedida a Gizelda Morais, o grupo da JUC elegeu o estudante de química Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho presidente da UEES. Ainda segundo Costa, naquele momento, ninguém "acreditava que o pequeno grupo da JUC estivesse mandando" (MORAIS, 2008, pp. 180-230). O fato é que a partir da eleição do congresso estadual de 1959, a JUC teria um peso decisivo na hegemonia da UEES, seja ocupando diretamente a sua presidência, seja apoiando aqueles que a ocupariam. Esta atitude não agradou o orientador espiritual da JUC, o padre Luciano José Cabral Duarte, como recorda a jucista Carmem Machado Costa, em entrevista concedida a Gizelda Morais, ao enfatizar que

> quando foi para entrar na política, o Padre [Luciano José Cabral Duarte] chamou a gente lá na casa dele e disse: 'vocês vão ver como essa JUC vai se modificar, porque, na política, existe o interesse do voto'. Mas aí nós tivemos que entrar, mesmo, porque, quem tomava conta da UEES e dos diretórios, era o outro lado que não fazia nada (MORAIS, 2008, pp. 180-230).

O jucista José Alexandre Felizola Diniz, então estudante de filosofia, recorda que desde 1960, quando ele havia entrado na direção do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, e depois na UEES, a JUC, "que antes tinha um posicionamento mais religioso", passa, "a partir do início dos anos sessenta", a ter "um maior envolvimento político" (DINIZ, 1998). Em relação à UEES, Diniz frisa a gestão de Manoel Joaquim como o primeiro jucista, nessa fase política mais ativa da JUC, a ocupar a presidência dessa entidade (MORAIS, 2008, p. 213).

Essa nova diretoria da UEES, sob a influência da nova fase da JUC, teve como presidente Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho, 1ª vice-presidente Maria Diná Menezes, 2º vice-presidente Hélio Oliveira, 3ª vice-presidente Elza Schuster, secretário geral Mariano Salmeron Netto, 1ª secretária Maria Auxiliadora de Mello Diniz, 2ª secretária Rose Mary de Albuquerque Mesquita, 3ª secretária Marlene Rosa Montalvão, tesoureiro Gildo Prado Nunes e vice-tesoureira Edinalda Simões de Moura.

A gestão da UEES sob a presidência do jucista Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho, no período de setembro de 1959 a setembro de 1960, ficou marcada pelo slogan "pela formação de uma consciência universitária nacionalista" estampado no pé de página dos ofícios enviados pela entidade. Dentre esses ofícios está o que comunica aos diretórios acadêmicos existentes no ano de 1960 que entre os dias 4 e 11 de setembro daquele ano ocorreria o "X Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe" (UEES, 1960), resultando na eleição de

uma nova diretoria para órgão estadual dos estudantes universitários.

A diretoria da UEES, eleita para a gestão 1960/1961, teve como presidente José Costa Calvacante, 1º vice-presidente Juarez Alves Costa, 2ª vice-presidente Maria Silvia Aguiar Siqueira, 3ª vice-presidente Maria Auxiliadora de Mello Diniz, secretário geral José Alexandre Felizola Diniz, 1º secretário Guido Azevedo, 2º secretário Deoclécio Vieira Filho, 3ª secretária Maria Luiza de Souza, tesoureiro Antonio Aureliano Bispo e vice-tesoureira Gilsa Luiza da Mota Gomes (UEES, 1961).

Em meio a essa configuração política, na qual a JUC passava a se firmar como tendência hegemônica dentro do movimento estudantil universitário, o jogo de correlação de forças entre as faculdades se manteve, indicando um contínuo processo de negociação e de alternância entre as faculdades e escolas superiores na presidência da UEES. Neste sentido, mesmo quando o slogan postado nos documentos dessa entidade, na gestão de 1960 a 1961, postulava a necessidade de que "Sergipe precisa ter uma universidade" (UEES, 1960; 1961), isto não significava que todas as escolas e faculdades conferissem ao tema o mesmo peso e a mesma importância.

No caso da Faculdade de Direito, que já apresentava sinais de consolidação recebendo subvenções federais que a bastavam, o tema da criação de uma universidade parecia não ganhar tanta ênfase (ACADEMUS, 1960, pp. 1-2). Segundo Zelita Correia Rodrigues dos Santos, liderança estudantil do curso de direito, havia certo receio dos que faziam aquela faculdade em relação à possibilidade de que os recursos das subvenções federais fossem parar em uma bolsa comum, no caso da universidade, implicando a perda de qualidade daquele curso, preocupação também presente entre as recordações de outros estudantes daquela faculdade (SANTOS, 1998).

O mesmo tipo de preocupação parecia não ocorrer com as demais instituições de ensino superior do estado que declaravam viver com dificuldades financeiras e estruturais. Para estas, a luta pela criação de uma universidade no estado parece ter despertado maior interesse por parte dos professores e alunos. No caso das faculdades católicas, o interesse na criação de uma universidade em Sergipe, como já foi discutido, vinha desde o VIII Congresso da entidade, em 1958, quando seus estudantes passaram a externar de modo mais efetivo a preocupação com o funcionamento de algumas faculdades que sofriam com a falta de recursos. Segundo o estudante Clodoaldo Alencar Filho, então diretor cultural da Rádio Cultura e membro do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, a defesa da criação de uma universidade mantida com recursos federais parecia uma alternativa para resolver os problemas de recursos de muitas das instituições de ensino superior em funcionamento em Sergipe entre a década de 1950 e início da década de 1960 (ALENCAR FILHO, 1998).

Para José Silvério Leite Fontes, membro da LUC e presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe, a falta de recursos agravou até mesmo o número de matrículas nos cursos da Faculdade de Filosofia, e algumas turmas chegaram a ter apenas dois ou três alunos (FONTES, 1998). Os estudos já desenvolvidos a respeito da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, instituição que abrigava os cursos das diversas áreas da licenciatura, como filosofia, história e geografia e os cursos de letras, tendem a registrar os esforços dos primeiros professores e alunos para manter os seus respectivos cursos e a faculdade..

Considerações finais

A posição das duas faculdades estaduais – a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Química de Sergipe –, ambas fundadas no final da década de 1940, também registrava a falta de recursos como um dos grandes problemas enfrentados por aquelas instituições. Esta situação parece ter sido agravada no contexto político e econômico do início dos anos de 1960, quando tanto os estudantes do curso de economia quanto os do curso de química passaram a reivindicar, de modo mais constante, o repasse regular de recursos e a realização de investimentos para melhorar as condições de ensino e funcionamento das respectivas instituições de ensino (GAZETA DE SERGIPE, 1961, p.1).

Em face dessa falta de recursos, denunciada por grande parte das faculdades e escolas superiores, a bandeira

da criação de uma universidade em Sergipe mantida com recursos federais passou a ganhar cada vez mais força, inclusive por parte de estudantes do curso de direito, seja por solidariedade às reivindicações dos demais colegas universitários, seja em razão do amplo arco de alianças necessárias para compor e disputar os cargos de direção da UEES.

Esse movimento da sociedade, envolvendo entidades estudantis, a Igreja católica, intelectuais – de católicos, nacionalista eou de esquerda –, ocorrido entre 1958 e 1961, foi um dos movimentos que resultaram, anos depois, na criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe. Um marco cultural, cuja história precisa ser contextualizada e (re)discutida.

Referências

A CRUZADA*. Governador eleito Luiz Garcia*, recebe universitários de Sergipe. Ano XXIV, nº 1073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.

ACADEMUS, *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII , nº 18, setembro de 1958.

_____. *Um decênio de educação e cultura*: faz dez anos a Faculdade de Direito de Sergipe. Ano VIII, nº 20, novembro de 1960, pp. 1-2.

ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/09/1998.

ÁVILA, Manuel Pascoal Nabuco. *Tributo à cidadania*: minha opção de servir à sociedade. Aracaju: J. Andrade, 2006.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA PÁSCOA DOS UNIVERSITÁRIOS DE SERGIPE. *Convite da Comissão Organizadora da Páscoa dos Universitários de Sergipe*: UEES/DAMK/CASR/DAJF/DAAMB/DAFCE, Ano de 1959.

CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 151-204.

DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

FONTES, José Silvério Leite. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/08/1998.

GAZETA DE SERGIPE. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, nº 1069, 22 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

_____. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, nº 1069, 22 de setembro de 1961, p.1.

_____. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola.* Ano V, nº 1074, 28 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

_____. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola*. Ano V, nº 1074, 28 de setembro de 1961, p.1.

_____. *IX Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe*: manifesto apresentado pela bancada de estudantes da Escola de Química de Sergipe. In: Gazeta de Sergipe. Ano IV, nº 429, 9 de setembro de 1959, p. 4.

JUC*. Relatório/informativo acerca da JUC nas Faculdades Católicas*, outubro de 1951. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação*: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951. Aracaju: NPPCS/UFS, 1993 (Monografia de especialização).

MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 2008.

OLIVEIRA, Ana Júlia Lima Máximo. *"Além da reza.."*: A Atuação dos jucistas em Aracaju. São Cristóvão. DHI/UFS, 1999 (Monografia de graduação)

O CURIÓ. *Notícias do Centro Acadêmico Sílvio Romero e outras também notícias*. Ano I, nº 1, junho de 1959, p.1.

RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil*: a JUC em Sergipe (1954-1964). Op. cit.

SANTANA, Luiz. "História de uma vida". In: *Crônica de uma cidade*. 6 de setembro de 2009. Disponível: <*http://*
cronicadacidade.blogspot.com
>.
Acessado em 10/10/2010.

SANTOS, Zelita Rodrigues Correa. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.

UEES. *Of. cir. 01/1959/1960/UEES*, setembro de 1959. In: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe, localizados no PDPH/DHI/UFS.

UEES. Of. Circular 01/ 1960/1961/UEES, setembro de 1960.

UEES. *Of. s/nº/UEES para CASR*, de 31 de agosto de 1960. In: Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais a frente do CASR (1959-1960), localizado no Arquivo do CASR/DDI/UFS.

---

[1] Doutor em História pela UFBA, Professor Adjunto I da UFAL, Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHIC), e-mail: jvdcufal@gmail.com

Recebido em: 14/07/2014
Aprovado em: 15/07/2014
Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort
Metodo de Avaliação: Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi: